

ASPECTOS CULTURAIS DO POVO TRUKÁ DE ASSUNÇÃO: Territorialidades Emergentes

Roberto Remígio Florêncio

Professor Língua Portuguesa – IF Sertão Pernambucano roberto.remigio@ifsertao-pe.edu.br
Doutorando Programa de Pós-Graduação em Educação (UFBA); Mestre em Educação e Cultura (UNEB)

RESUMO

As línguas autóctones, os rituais místicos e as manifestações artísticas dos povos nativos latino-americanos, ainda com nuances coloniais e diferenças estéticas, são as mais profundas marcas da ancestralidade e um marcador decisivo para o reconhecimento étnico dos povos indígenas brasileiros. Este estudo procura apresentar elementos socioculturais da aldeia Truká de Assunção como elementos da territorialidade indígena em sua ressignificação identitária, na luta pela retomada de seu território místico e pela preservação de sua cultura (religiosidade, língua, costumes), principalmente, como movimento de escolarização intercultural. O aporte teórico à pesquisa etnográfica desenvolvida neste estudo aparece representada pelo hibridismo cultural (GEERTZ, 2010; CANCLINI, 2011) e pela compreensão dos povos indígenas (BATISTA, 2004; SANTOS, 2016) e suas línguas (LUCIANO, 2006; MONTSERRAT, 2010). A metodologia utilizada para análise se constituiu de um trabalho empírico baseado em estudos etnográficos (MACEDO, 2004), a fim de elucidar questões sobre a Educação Escolar Indígena sobre os dois temas direcionados do interesse científico proposto: o uso das línguas autóctones e a ressignificação sociocultural dos povos indígenas da região do Vale do São Francisco. Acredita-se que as conclusões, apesar de elucidativas, são incompletas, como era de se esperar diante de um povo que, depois de resgatar seu território geográfico, busca uma ressignificação de vida, o que envolve conflitos internos e preconceitos externos, custosos de serem resolvidos.

Palavras-chave: Interculturalidade. Línguas Autóctones. Ressignificação Cultural. Educação Escolar Indígena.

ABSTRACT

The native languages, the mystical rituals and the artistic manifestations of the native Latin American peoples, still with colonial nuances and aesthetic differences, are the deepest marks of ancestry and a decisive marker for the ethnic recognition of Brazilian indigenous peoples. This study seeks to present sociocultural elements of the Truká de Asuncion village as elements of indigenous territoriality in its identity resignification, in the struggle for the retaking of its mystical territory and for the preservation of its culture (religiosity, language, customs), mainly as an intercultural schooling movement. The theoretical contribution to the ethnographic research developed in this study is represented by cultural hybridism (GEERTZ, 2010; CANCLINI, 2011) and the understanding of the indigenous peoples (BATISTA, 2004; SANTOS, 2016) and their languages (LUCIANO, 2006;

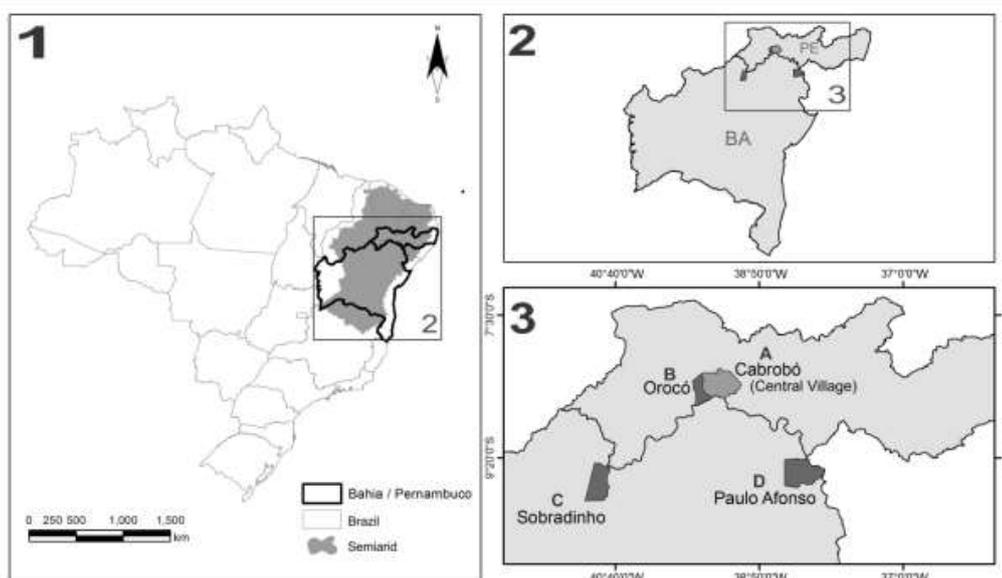
MONTERRAT, 2010). The methodology used for the analysis consisted of an empirical work based on ethnographic studies (MACEDO, 2004), in order to elucidate questions about Indigenous School Education on the two themes directed to the proposed scientific interest: the use of indigenous languages and the sociocultural resignification of the indigenous peoples of the São Francisco Valley region. The conclusions, although elucidative, are believed to be incomplete, as might be expected from a people who, after rescuing their geographical territory, seek a resignification of life, which involves internal conflicts and external prejudices, which are costly to be resolved.

Keywords: Interculturality. Native Languages. Cultural Reframing. Indigenous School Education.

1 INTRODUÇÃO

O grupo étnico que contemporaneamente se reconhece como Truká habita as margens do Rio São Francisco, região do Submédio São Francisco, entre o Lago de Sobradinho e as barragens de Paulo Afonso, na Bahia, onde estão localizadas as quatro aldeias do povo indígena que foi expulso de suas terras durante o período de colonização, marcadamente entre os séculos XVIII e XIX: Camixá do Povo Truká, em Sobradinho-BA, Truká Tupan, em Paulo Afonso-BA, Truká Tapera, no município de Orocó-PE, e Aldeia Truká da Ilha da Assunção em Cabrobó-PE. Esta última é conhecida como Aldeia-Mãe, por ter dado origem às demais, conforme mapa de Santos (2016), exposto abaixo:

Figura 1 - Mapas da localização do povo Truká.



Fonte: Santos, 2016.

A comunidade passou por diversos deslocamentos ao longo do tempo. O mais recente e mais importante teve início da década de 1980, quando os índios, expulsos de suas terras por forças do governo, igreja e elite locais, empreenderam um intenso processo de retomada que se concretizou de forma definitiva apenas em 1999, com a expulsão de posseiros, religiosos e criadores de gado, tornando território indígena o Arquipélago de Assunção, formado pela Ilha Grande e diversas ilhas menores, no Rio São Francisco, no município de Cabrobó-PE (BATISTA, 2004).

Banhada pelo Rio São Francisco, em um dos lugares mais largos do seu extenso curso, a pequena faixa de terra, desmembrada do “continente” pelas ações naturais e em consonância com ações antrópicas, tem uma natureza exuberante para os padrões de vegetação próprios da caatinga: são arbustos fartamente abastecidos pelas águas do rio, dos lençóis subterrâneos e da irrigação, elemento constante na paisagem atual de Assunção. Por todos os lados da ilha, é comum encontrar roçados de cebola, arroz, fruticultura e capim para pasto, irrigados por tecnologias mais ou menos estruturadas. Ingazeiras (*Inga sp*), faveleiras (*Cnidocolus quercifolius* Pohl) e jatobás (*Hymenaea courbaril* L.), elementos próprios do bioma, convivem com árvores exóticas como a algaroba (*Prosopis juliflora* (Sw) DC) e leucena (*Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit.) e juntos, refazem o que seria a mata ciliar (SANTOS, 2016). Há uma grande área preservada, áreas de sequeiro, além das ruínas do antigo aldeamento, do cemitério indígena e parte da caatinga, que é considerada área sagrada para a comunidade Truká (BATISTA, 2004). Ao se cruzar a estreita ponte que liga a pequena cidade de Cabrobó à comunidade indígena, localizada em meio ao semiárido pernambucano, tem-se a sensação de que se adentra um paraíso, tanto pela exuberância da caatinga que ali ganha pequenos contornos de mata, mas também pela abundância aquática do Rio São Francisco, que ali se divide em dois (Rio Grande e Rio Pequeno). “As ilhas sempre foram relacionadas a locais idílicos, cenários naturais intocáveis pela sua inacessibilidade e que nos remetem a descrições da Literatura, pela presença constante do bucólico e da natureza” (FLORÊNCIO, 2016, p. 36).

A Ilha Grande ou Ilha da Assunção é, antes de tudo, um *locus* interessante por diversos aspectos da territorialidade que aqui serão apresentados, divididos em duas delimitações perceptíveis no contato com os habitantes locais, e servem como referenciais para o entendimento da territorialidade Truká: os aspectos geo-físicos, que coincidem com questões

Por se tratar de uma ilha que, apesar do fácil acesso à cidade através de estradas asfaltadas e ponte construída ainda na década de 1960, teve por muitos anos a entrada proibida para não indígenas, em que as “coisas ruins” ficavam de fora, como narra o Cacique Bertinho Truká (em entrevista em 20 de agosto de 2018). Uma simples visita ao local deveria ser marcada com as lideranças e autorizada pelo cacique; mas, em geral, o acesso era negado aos forasteiros. Em um tempo de guerra, os índios haviam sido desapropriados e expulsos. Houve processos complexos de compra de terra e invasão de posseiros, uma grande empresa foi ali instalada e os empregos não eram fornecidos aos índios. A fuga do local, por falta de condições de sobrevivência e por medo da violência, foi o único recurso dos índios que, em seus exílios, fundaram outras comunidades indígenas de nação Truká, nas cidades de Sobradinho (BA), Orocó (PE) e Paulo Afonso (BA) (SANTOS, 2016).

A partir do final da década de 1970, começou um movimento de retomada e reocupação dos territórios, em especial, na ilha. Nesta época, indígenas lutaram contra os posseiros com armas de fogo. A crescente violência exigiu a interferência do Estado, através do Exército e de legislação específica, cedendo o direito de uso aos índios, mas ainda sem a documentação necessária. Esse território, perfeitamente reconhecido na consciência dos Truká através dos discursos dos seus habitantes, aparece pela necessidade de sobrevivência econômica e cultural. Ali, eles encontram a caça e a pesca não mais em abundância, mas que permite diversificar a alimentação e manter as relações homem-natureza, que lhes é própria. Também, através do que a natureza lhes proporciona, os indígenas executam seus trabalhos manuais, artesanato e utensílios de trabalho, de caça e pesca. Mas, o que vem garantir a segurança alimentar e até mesmo a sustentabilidade econômica é a agricultura, principalmente a fruticultura, que insere o indígena de Truká no mercado produtor-consumidor de forma consolidada. A comunidade produz arroz, cebola e frutas (principalmente mamão, acerola, banana e coco) em quantidade suficiente para abastecer o mercado local e até exportar para cidades vizinhas, ajudando o município de Cabrobó a ser reconhecido como maior exportador de cebola do país (FUNAI, 2011).

3 UM OUTRO TERRITÓRIO

O segundo aspecto da territorialidade encontrado no consciente coletivo do povo Truká da ilha da Assunção é o que chamaremos de território emotivo-espiritual, que fica mais claro ao

se analisar a relação desse povo com a natureza, inclusive, a natureza “não-percebida” pelos não-índios, segundo o Pajé Verbino da Luz (em entrevista em 20 de agosto de 2018). Os habitantes da Assunção desenvolvem suas práticas religiosas, inclusive, o Toré, a mais significativa manifestação cultural da aldeia, a partir das indicações dos “encantos de luz”, manifestados principalmente pelas forças da natureza e em lugares sagrados, segundo a sua cultura. Existem “cachoeiras” que só eles enxergam e os ensinamentos dos “encantos de luz” são fornecidos em sonhos ou em lugares específicos, como nas águas do Opará. E é nessas mesmas águas que encontramos o maior problema da comunidade, personificada na interferência do homem branco sobre a natureza. O *branco* quer mudar o curso do “Grande Rio” com a obra de transposição do Rio São Francisco.

A revolta contra esse projeto aparece não só pelo temor de que o rio possa secar, especificamente aquele a que denominam de Rio Pequeno, fazendo com que não exista mais o acidente geográfico que os separa do mundo exterior, deixando-os expostos à invasão do homem branco, mas, principalmente, porque a tomada de água principal está localizada exatamente na área considerada sagrada pelos Truká, local em que habitam os “encantos de luz” e a grande mãe-d’água, que lhes possibilita a intermediação com o deus Tupã. A cultura centenária desenvolvida por esse povo nativo em seu território sagrado poderá ser destruída pela força da tecnologia do invasor do paraíso. Os Truká esperam uma solução para esse embate que parece vencido, por isso, lutam para que não se tornem mais um povo esquecido entre os inúmeros povos indígenas exterminados no Brasil. Como forma de protesto, e para reunir forças eles dançam o Toré.

Mais que uma dança, o Toré (Figuras 3 e 4) é uma manifestação artístico-cultural marcadamente do povo Truká e tem se transformado continuamente em um forte instrumento de afirmação cultural, fazendo com que a comunidade local e outros povos da nação Truká sejam reconhecidos e respeitados enquanto indígenas (ALMEIDA, 2003; 2010). O Toré acontece na aldeia em dias de quarta-feira e sábado e também é executado fora da ilha em apresentações artísticas, quando convidados e em protestos. Os índios Truká da Ilha da Assunção se orgulham de levar a sua cultura para ambientes escolares, espaços públicos ou em manifestações, através da apresentação da sua dança mais significativa. Entretanto, o Toré não é apenas uma dança: existe uma mística que o sustenta enquanto manifestação religiosa e uma preparação para o momento festivo, no qual, apenas os iniciados têm acesso. As

vestimentas são feitas pela própria comunidade, com fios de caroá *Neoglazioviavariiegata* (Arruda) Mez (SANTOS, 2016). Os participantes usam grandes saias denominadas Kataióbas, sobre suas roupas comuns, junto com o Pujá, (Figura 4) um gorro tipo boina sem aba, também produzido artesanalmente com fibra de caroá. Dançam homens e mulheres, idosos, adultos e jovens, em estágio de aprendizagem e reverência aos mais velhos.

Figura 3: O ritual do Toré na aldeia Truká da Ilha de Assunção / Figura 4: Vestimenta Truká, feita de caroá.



Fonte: acervo do autor (FLORÊNCIO, 2016).

A festa se inicia pelo começo da noite, depois de um dia inteiro de preparação e concentração, quando são invocados os “encantos de luz”, as forças da natureza, através do deus Tupã, e os espíritos dos antepassados. E sempre há convidados. O uso do vinho da Jurema, bebida feita à base da raiz da Jurema *Mimosa spp*, também faz parte da preparação ritualística do Toré. A bebida é produzida pelos homens desde a colheita das raízes, passando pelo período de “descanso”, depois é lavada pela água pura (do Rio São Francisco), e colocada m infusão na água até o seu consumo no Toré. As “linhas” do Toré são quadrinhas cantadas na roda, geralmente puxadas pelos mais velhos e repetidas pelos demais. Os participantes, em círculos, dançam ao som de seus maracás. O professor, Pajé e reconhecida liderança Truká, Gilberto Francisco da Silva, o Bertinho Truká, apresenta uma linha de Toré em que se busca reafirmar a cultura e resgatar palavras da extinta língua-mãe: “*Cadê meu quaqui / Cadê meu maracá / Cadê meu quaqui / Meu quaqui taquaraquá*”.

4 A TERRITORIALIDADE LINGUÍSTICA

Não há registros escritos da língua-mãe de Truká e a perda de sua oralidade remonta a pelo menos 100 anos, segundo Hohenthal (1971), que desenvolveu um estudo sobre as línguas das tribos do Nordeste brasileiro, a partir de 1951, publicado em 1960. Hohenthal lamenta a falta de dados para o início da pesquisa, mas afirma que, na década de 1950, ao ter contato com os mais velhos, estes disseram que apenas os seus pais falavam a língua truká, “durante a vida, a língua não foi usada pela família” e, conseqüentemente, foi esquecida (MONTSERRAT, 2002; 2010).

Os Truká do século XXI culpam a exploração da ilha pelos não-índios e as imposições impostas aos indígenas pela Igreja Católica como responsáveis pelo desaparecimento da língua. A professora Truká, Cícera Antônia da Silva, graduada em Letras e em Licenciatura Intercultural em Linguagens e Artes, pela UFPE, aceita a perda da língua com serenidade, pois acredita que no Nordeste, “apenas o povo Funi-ô desenvolve a sua língua materna, o Iatê, até porque são os únicos índios que dispõem de uma escola realmente bilíngüe” (em entrevista em 16 de julho de 2018).

O povo Truká lamenta a perda da língua-mãe, mas sabe que nesta questão, só podem contar com as forças superiores e se conformam. Isto pode ser percebido através do depoimento do professor de Arte Indígena, Júnior Truká: "Nosso maior sonho é resgatar a nossa língua-mãe, mas sabemos que isto é impossível... Apenas os “encantos de luz” poderiam nos dar a nossa língua de volta. Mas, não sei se merecemos. Só eles sabem” (em entrevista em 16 de julho de 2019). João Monteiro da Silva Júnior é professor com *notório saber*, contratado na escola que leva o nome do grande líder da causa indígena, o ex-cacique AcilonCiriaco, assassinado em 10 de dezembro de 1956.

O fato é que o desaparecimento das línguas indígenas acarreta enormes perdas para a humanidade. No início do século XX, o Estado brasileiro deu os primeiros sinais para o reconhecimento das línguas indígenas, quando encarregou o Instituto Linguístico de implantar o ensino bilíngüe no Brasil como estratégia para acelerar os processos de integração dos povos nativos (LUCIANO, 2006).

Neste cenário, as escolas indígenas organizadas passaram a representar, junto com as frentes de trabalho, os principais instrumentos institucionais dessa “incorporação” dos indígenas ao Estado prevista em lei, processo marcado pela negação à diferença cultural e pelo assimilacionismo étnico (RODRIGUES, 1998).

As primeiras propostas de implantação de um modelo de educação bilíngue para os povos indígenas, ainda nos anos 1950, como influência da Conferência da UNESCO de 1951, foram consideradas inadequadas à realidade brasileira, com base no argumento de que programas de educação bilíngue poderiam colidir com os valores e os propósitos da “incorporação dos índios à comunhão (linguística) nacional”, consagrados pela Lei (RODRIGUES, 1986).

Segundo Luciano (2006) e Oliveira (2014), o monolinguismo no Brasil começa a ser de fato alterado a partir da mobilização indígena nos anos 1970 que acusava o Estado da prática de etnocídio. A Constituição estabelece os princípios da pluriétnica do país, reconhecendo expressamente as línguas indígenas e os direitos dos povos indígenas de terem seus próprios processos de educação, o que inclui a prática do bilinguismo intercultural. A educação bilíngue-intercultural foi recentemente introduzida na prática pedagógica da escola indígena num esforço para corrigir os equívocos pedagógicos históricos e ainda para minimizar a desigualdade linguística, porque a língua indígena está limitada ao espaço da escola e da comunidade (SILVA, 2012).

Segundo Luciano (2006), é possível se aprender sobre o passado e o presente do território brasileiro e de suas populações por meio de um maior conhecimento das línguas indígenas ainda existentes na atualidade.

O último censo do IBGE/2010 apontou que no Brasil existem 305 povos indígenas, falando 274 línguas e contabilizando cerca de 900 mil indivíduos. Significando que tratar sobre grupos que se convencionou chamar-se genericamente de “índios” é uma situação parecida ao olhar um caleidoscópio: são povos em suas múltiplas expressões culturais, diversos entre si e diferentes de nossa sociedade. Pensar em povos indígenas é pensar sempre em experiências sócio-históricas plurais e diferenciadas (SILVA, 2015, p. 05).

A Lei 11.645, promulgada em março de 2008, a partir da Constituição Federal (BRASIL, 1988; 1992) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB, 94/1996), determina a inclusão nos currículos escolares da Educação Básica pública e privada o ensino da História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas. Silva (2015, p. 04) discorre sobre esse decreto governamental, argumentando que “faz parte de um conjunto de mudanças provocadas pelas mobilizações da chamada sociedade civil, os movimentos sociais”. É importante ressaltar

que a Lei traz de volta a temática do ensino bilíngue, instituído no país desde meados do século XX, na Educação Escolar Indígena – EEI.

Os indígenas aldeados na Ilha Grande da Assunção não conhecem sua língua autóctone, apenas vocábulos isolados. Ainda assim, buscam fazer uso do pouco que conhecem em um movimento de manutenção cultural e da identidade indígena. As lideranças mais antigas fazem referência a duas línguas, igualmente extintas, provável fruto de junção de outras línguas mais antigas: o Kipiá (*Kepiá*) e o Usubukwá (*Usubukwá*), segundo relatos locais, e também mencionadas nos estudos de Hohenthal (1960). Portanto, mesmo depois de decretos ministeriais, esta língua não será ensinada nas escolas da aldeia. No entanto, é preciso compreender que o povo Truká e sua cultura centenária não podem fazer parte do rol de línguas, povos e culturas pré-coloniais brasileiros que foram exterminados durante os séculos de colonização europeia. Torna-se primordial uma resposta à comunidade indígena que, através das poucas condições que possuem, anseia pelo conhecimento, ao menos histórico, de suas línguas maternas.

A perseguição e a proibição das línguas indígenas acarretaram sérios prejuízos socioculturais e identitários aos povos indígenas do Brasil, principalmente porque para eles, a língua é o signo mais claro de sua história. Como as línguas autóctones são orais, fundamentalmente são transmitidas de geração para geração, o que aumenta o apego dos povos às suas línguas próprias. Os nomes e os sobrenomes tradicionais, por exemplo, servem para firmar a autoidentidade e marcar a posição social que o indivíduo ocupa na organização sociopolítica do seu grupo. Desta forma, proibir a utilização de nomes na língua indígena resultou em um profundo processo de desestruturação social dos povos indígenas (RODRIGUES, 1998).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com exceção da língua, que foi extinta diante da opressão das oligarquias que dominaram a ilha por muitos anos e pelos exílios a que o povo Truká foi submetido (BATISTA, 2004), os aldeados de Assunção mantêm uma mobilização quase unânime na manutenção cultural que evoca o reconhecer-se como indígena. Este estudo permitiu mostrar o quanto é importante marcar, na história do Brasil, este capítulo não encerrado e nada romanceado de um povo nativo que foi oprimido e expulso de seu lugar de origem, mas não se entregou de forma

passiva às manobras da opressão eurocêntrica, capitalista, católica e monolíngue, praticadas no Brasil a partir da invasão portuguesa, em 1500. Empreendeu um importante, apesar de violento, movimento de retomada e vem conquistando, ao longo de anos de batalhas, muitas conquistas no âmbito sociocultural e econômico para a comunidade. A territorialidade econômico-cultural Truká encontra a ressignificação identitária por ser uma comunidade indígena baseada na reunificação de povos remanescentes de diversas outras nações indígenas. Por isso, é fácil encontrar os elementos da militância nos discursos, mas também nas questões de sobrevivência econômica que garantirão a permanência do povo na ilha, sem a dependência efetiva de programas sociais e assistencialismo governamental.

Um dos fatores de conquista está presente na Educação Intercultural presente na Educação Escolar Indígena promovida na Aldeia através da presença exclusiva de professores indígenas contratados pelo Estado, formados em suas áreas específicas ou detentores de notório saber, que ministram aulas voltadas à manutenção da cultura nativa bem como ressignificações e em consonância com a contemporaneidade, explicitando o hibridismo cultural nessas culturas de fronteiras (CANCLINI, 2011). Tidos como lugares historicamente isolados, as ilhas representam não apenas um território delimitado, mas também a segurança da não contaminação sociocultural; objetos que edificam um isolamento que, na contemporaneidade da comunicação imediata e das novas necessidades socioculturais, tornou-se utópico. Neste aparente isolamento insular, percebe-se claramente que as fronteiras do povo Truká são muito tênues, sejam geográficas ou socioculturais. A interdependência desses dois territórios (Aldeia e Cidade) é bastante latente e o processo de hibridismo cultural encontra-se consolidado.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. *et al.*, (Coords.) 2003. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: povo indígena Truká**. Manaus – AM. UEA Edições, 2010.

BARTOLOMÉ, Miguel. **Procesos Civilizatorios, Pluralismo Cultural y Autonomías Étnicas en América Latina**. In: Bartolomé, M. & Barabas, A. (coord.). **Autonomías Étnicas y Estados Nacionales**. México: Conaculta – INAH, 1998.

BATISTA, Mércia Rejane R. 2004. **O desencantamento da aldeia**. Exercício antropológico a partir do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Truká. FUNAI, Brasília. *Revista Estudos e de Pesquisas*. v.1, n. 2, p. 157-247.

BATISTA, Mércia Rejane R. (2009). **Índio, quilombola, ribeirinho: o desafio do fazer antropológico em situações de disputas**. In: VIII Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), Buenos Aires, 2009.

BRASIL. 2006. **Caderno do Tempo**: professoras e professores indígenas de Pernambuco – MEC/SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Belo Horizonte. BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena (SECAD)**. *Meu Povo Conta*. Centro de Cultura Luiz Freire. Projeto Educação e Cidadania. Olinda – PE. 2ª. Ed. pp. 95-106. 2006.

BRASIL. **Lei 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 17 set. 2015.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Hibridismo Cultural**. São Paulo: Editores Associados, 2011.

D'ANGELIS, W. & VEIGA J. C. **Leitura e escrita em escolas indígenas**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

FLORÊNCIO, Roberto Remígio. **Educação e letramento intercultural na aldeia de Assunção do povo Truká**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos - PPGESA, Juazeiro, 2016.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO. **Relatório Truká 2011**. 2011. Disponível em: <http://funai-ba-pa.blogspot.com.br/p/blog-page_4167.html>. Acesso em: 11 out. 2012.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERLIC, S. (Ed.) 2003. **Índios na visão dos índios: Comunidade Truká**. Governo do Estado da Bahia. Salvador – BA.

HOHENTHAL, W (1960). **As tribos indígenas do baixo e médio São Francisco**. Revista Museu Paulista, São Paulo, v. 12, 1971.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/mapas.html>. Acesso 14/09/2013.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUCIANO, Gersen dos Santos. **Projeto é como Branco Trabalha – as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar: experiências dos povos indígenas do alto rio Negro**. Dissertação de mestrado em antropologia social – Universidade de Brasília, abr de 2006.

MACEDO. Roberto Sidney. **Compreender / mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília: Líber Livro, 2009.

MONTSERRAT, Ruth Maria Fonini. **Línguas indígenas no Brasil contemporâneo**. In: Grupioni, Luís Donisete Benzi (Org.). **Índios no Brasil**. Brasília: MEC, 1994.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro: FAPERJ-UFRJ, 2014.

RODRIGUES, Aryon DalHogna (1998). **As outras línguas da colonização do Brasil**. In: Cardoso, Suzana *et al.* (orgs.). 500 Anos de História Lingüística do Brasil. Salvador: EDUFBA, 2002.

Rodrigo Remígio Florêncio

SANTOS, Carlos Alberto Batista. **Padrões de Caça, Pesca e uso de animais silvestres pela etnia Truká no semiárido brasileiro**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Etnobiologia e Conservação da Natureza – Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE. Recife: Gráfica da UFRPE, 2016.

SILVA, Edson. **Ensino e sociodiversidades indígenas**: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: Práticas Pedagógicas em sala de aula. Recife: EDUFPE, 2015.

SILVA, Edson. **Os povos indígenas e o ensino**: reconhecendo as sociodiversidades nos currículos com a Lei 11.645. In: Ensino e pesquisa na E. B. Recife: EDUFPE, 2012.